



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0009337-08.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 158/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 1571/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **FELIPE RANGEL PEIXOTO OLIVEIRA**

Aos 24 de abril de 2017, às 16:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **FELIPE RANGEL PEIXOTO OLIVEIRA**, acompanhado do defensor, Dr. Arlindo Basílio. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunhas de acusação Wilson Vieira Júnior, em termo apartado. As partes desistiram da inquirição da testemunha Paulo Henrique de Souza. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso na sanção do art. 306 da Lei 9.503/97, uma vez que na ocasião foi surpreendido após ter ingerido bebida alcoólica. A ação penal é procedente. O réu admitiu que estava dirigindo após ter ingerido bebida alcoólica. O exame de sangue revelou o índice de alcoolemia de 1,4 gramas de álcool por litro de sangue. Em face da alteração legislativa do tipo penal, é suficiente para considerar que a capacidade psicomotora encontra-se alterada quando o índice de alcoolemia for igual ou superior a 0,6 gramas de álcool por litro de sangue. Em razão da alteração legislativa, o crime passou a ser considerado como infração de perigo abstrato, que se chega a essa interpretação com base na leitura meramente gramatical, não havendo necessidade de que o agente seja surpreendido dirigindo efetivamente em situação de perigo. Esse é o entendimento praticamente unânime nos tribunais e na doutrina. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Embora já tenha sido processado pelo mesmo tipo penal, o acusado é tecnicamente primário, de modo que mostra-se cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos., mostrando-se, no caso, em razão de conduta pretérita idêntica, que essa substituição seja por pena de prestação de serviços à comunidade. **Dada a palavra A DEFESA:** MM. Juiz: Não obstante os argumentos lançados pela acusação, a absolvição é medida imperativa de justiça. É que o dispositivo legal em comento na denúncia caracteriza-se o crime quando há “alteração da capacidade psicomotora em razão de álcool ou outra substância”. Não obstante o exame de dosagem alcoólica ter apresentado positivo para a presença de álcool etílico, os autos não trazem a prova necessária de que o acusado encontrava-se com a capacidade psicomotora alterada. A respeito disso, pode-se observar o depoimento dos policiais militares que atenderam a ocorrência que dizem que o acusado foi abordado em uma atividade de rotina, isto é, não por estar eventualmente dirigindo em situação de perigo. Entende-se que para a configuração do crime não é necessário que a capacidade psicomotora tenha sido suprimida e por isso completamente ausente no momento da prática delitiva, diz a acusação, bastando que esteja alterada,



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

argumentando que trata-se de delito de ocorrência de perigo abstrato, em que pese esse posicionamento face à recente alteração legislativa, a questão que a defesa levanta diz respeito à comprovação da alteração da capacidade psicomotora alterada para conduzir o veículo não está comprovada e por isso a absolvição. Por outra banda, em caso de improcedência do pedido, requer-se a observação de que trata-se de réu tecnicamente primário não obstante ter respondido a processo da mesma natureza abrangido pela Lei 9099/95, merecendo a pena mínima no caso e a substituição da mesma por penas restritivas de direito. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. FELIPE RANGEL PEIXOTO OLIVEIRA**, RG 47.912.642, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306, “caput”, da Lei nº 9.503/97, porque no dia 11 de maio de 2016, por volta das 05h00, na Rua Salomão Assef, nº 51, Jardim São Paulo, nesta cidade e comarca, conduziu seu veículo automotor VW/Gol 1.6, placas FGO-7110-São Carlos-SP, cor cinza, ano modelo 2013, estando com a sua capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. Consoante o apurado, mesmo após ingerir bebida alcoólica, o denunciado se pôs a trafegar com o veículo supramencionado por esta cidade e comarca com a sua capacidade psicomotora alterada. Ao transitar pelo local dos fatos o denunciado foi abordado policiais militares, os quais efetuavam patrulhamento de rotina por ali. Naquela oportunidade, ante os sinais característicos de ingestão de bebida etílica, os milicianos constataram a embriaguez do réu, justificando a sua condução ao distrito policial. Uma vez lá, o denunciado aceitou fornecer amostra de seu sangue com o fito de constatar a sua dosagem alcoólica. Extrai-se do documento que o indiciado apresentava à época dos fatos a dosagem de 1,4g/l de álcool por litro de sangue, quantidade esta suficiente para fins de constatação do presente crime, nos termos do artigo 306, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei 9.503/97. Recebida a denúncia (pag.42), o réu foi citado (página 51) e respondeu a acusação através de seu defensor (páginas 56/59). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi ouvida uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição sustentando que não ficou comprovado que o réu, apesar de ter bebido, estava com a capacidade psicomotora alterada e em caso de condenação a substituição por pena restritiva de direitos. **É o relatório. DECIDO.** Em abordagem policial de rotina, o réu foi surpreendido na condução de um carro, tendo os agentes percebido que ele tinha bebido, sendo conduzido para coleta de exame. O resultado foi positivo, de 1,4 grama por litro de sangue (fls. 8), índice que configura embriaguez, por estar muito além do grau permitido pela legislação de trânsito. Sobre o comprometimento da capacidade psicomotora do motorista, é evidente que constatada a embriaguez, tal situação ocorre, independentemente da ocorrência de fato que traz perigo concreto. A embriaguez ao volante é delito que se caracteriza pelo perigo abstrato. Além disso, quem assume a direção de carro sob efeito de bebida alcoólica, gera perigo suficiente à incolumidade pública. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de decidir: “I – A objetividade jurídica do delito tipificado na mencionada norma transcende a mera proteção da incolumidade pessoal, para alcançar também a tutela da proteção de todo o corpo social, asseguradas ambas pelo incremento dos níveis de segurança nas vias públicas. II – Mostra-se irrelevante, nesse contexto, indagar se o comportamento do agente atingiu, ou não, concretamente, o bem jurídico tutelado pela norma, porque a hipótese é de perigo abstrato, para o qual não importa o resultado. Precedente. III – No tipo penal sob análise, basta que se comprove que o acusado conduzia veículo automotor, na via pública apresentando concentração de álcool no sangue igual ou superior a 6 decigramas por litro para que esteja caracterizado o perigo para o bem jurídico tutelado e, portanto, configurado o crime. IV – Por opção legislativa, não se faz necessária a prova do risco potencial de dano causado pela conduta do agente que dirige embriagado, inexistindo qualquer inconstitucionalidade em tal previsão. V – Ordem denegada”. (HC 109669/MG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 27/09/2011). Mesmo tendo a legislação suprimido o índice de embriaguez no tipo penal em exame, colocando a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

alteração da capacidade psicomotora, esta efetivamente ocorre quando a pessoa embriagada assume a direção de veículo, pois o motorista estará com seus reflexos comprometidos em decorrência do seu estado etílico. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos individualizadores da reprimenda, que o réu é primário, delibero impor-lhe as penas nos respectivos mínimos, isto é, de seis meses de detenção e dez dias-multa, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois meses. Presentes os requisitos legais, substituo a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social. **Condeno**, pois, **FELIPE RANGEL PEIXOTO OLIVEIRA** à pena de **6 (seis) meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social a ser designada oportunamente, por ocasião da execução, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois (2) meses**, por ter transgredido o **artigo 306 da Lei 9503/97**. Em caso de reconversão à pena primitiva o regime será o **aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, \_\_\_\_\_, Eliane Cristina Bertuga, escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensor:

Réu: